CÂMARA MUNICIPAL DE CALHETA

Aviso n.º 289/2005 de 15 de Março de 2005

Obras

Fornecimentos

Serviços

O concurso está abrangido pelo Acordo sobre Contratos Públicos (ACP)? NÃO x SIM

SECÇÃO I: ENTIDADE ADJUDICANTE

I.1) Designação e endereço oficiais da entidade adjudicante

Organismo Município de Calheta	À atenção de SCAP – Secção de Atendimento ao Público
Endereço Rua 25 de Abril	Código postal 9850-032 Calheta (São Jorge)
Localidade/Cidade Calheta	País Portugal
Telefone 295 416 324	Fax 295 416 437
Correio electrónico	Endereço internet (URL)

I.2) Endereço onde podem ser obtidas informações adicionais

indicado em I.1 *Se distinto, ver anexo A*

I.3) Endereço onde pode ser obtida a documentação

indicado em I.1 *Se distinto, ver anexo A*

I.4) Endereço para onde devem ser enviados as propostas/pedidos de participação

indicado em I.1 *Se distinto, ver anexo A*

I.5) Tipo de entidade adjudicante

Governo central Instituição Europeia

Autoridade regional/local Organismo de direito público

Outro

SECÇÃO II: OBJECTO DO CONCURSO

II.1) Descrição

II.1.1) Tipo de contrato de obras *(no caso de um contrato de obras)*

Execução Concepção e execução Execução, seja por que
meio for, de uma obra
que satisfaça as necessidades indicadas pela
entidade adjudicante

II.1.2) Tipo de contrato de fornecimentos

Não aplicável

II.1.3) Tipo de contrato de serviços

Não aplicável

II.1.4) Trata-se de um contrato-quadro?* NÃO SIM

II.1.5) Designação dada ao contrato pela entidade adjudicante *

Reservatório da zona dos Biscoitos – Reservatório de 2 x 150 mc

II.1.6) Descrição/objecto do concurso

Construção de um reservatório em betão armado constituído por duas células circulares de 150 m³ cada, com uma câmara de manobras e das condutas de entrada e de saída numa extensão total de 705 metros, sendo 140 metros em tubagem de DN 63 mm e 565 metros em tubagem de DN 110 mm, incluindo acessórios e maciços bem como montagem, construção, desmontagem, demolição e manutenção do estaleiro.

Valor para efeito de concurso 155.751,92€ + IVA.

II.1.7) Local onde se realizará a obra, a entrega dos fornecimentos ou a prestação de serviços

Fre guesia dos Biscoitos, Concelho da Calheta, Ilha de São Jorge, Região Autónoma dos Açores, PORTUGAL.

Código NUTS: 201010000 Região Autónoma dos Açores – Portugal.

II.1.8) Nomenclatura

II.1.8.1) Classificação CPV (Common Procurement Vocabulary) *

	Vocabulário principal	Vocabulário complementar <i>(se aplicável)</i>
Objecto principal	45.20.00.00-9	Y005-8
Objectos complementares	45.22.00.00-5 45.23.21.00-3 45.23.21.50-8 45.23.21.51-5 45.26.23.10-7	Y006-5

II.1.8.2) Outra nomenclatura relevante (CPA/NACE/CPC) Secção F, Divisão 45, Grupo 45.2, Classe 45.21, Categoria 45.21.4, Subcategoria 45.21.41, Categoria 45.25.3 e Subcategoria 45.25.31.

II.1.9) Divisão em lotes *(Para fornecer informações sobre os lotes utilizar o número de exemplares do anexo B necessários)*

NÃO x SIM

II.1.10) As variantes serão tomadas em consideração?

NÃO SIM x

II.2) Quantidade ou extensão do concurso

II.2.1) Quantidade ou extensão total *(incluindo todos os lotes e opções, se aplicável)*

Movimentação de terras 957,85 mc, betão armado 167,12 mc, alvenarias 73,41 m², revestimentos 1.038,89 m², tubagens 605,92 metros e acessórios 52 unidades.

II.2.2) Opções:

Não aplicável.

II.3) Duração do contrato ou prazo de execução

Indicar o prazo em meses e/ou em dias 300 *a partir da decisão de adjudicação.*

Ou: Início e/ou termo *(dd/mm/aaaa)*

SECÇÃO III: INFORMAÇÕES DE CARÁCTER JURÍDICO, ECONÓMICO, FINANCEIRO E TÉCNICO

III.1) Condições relativas ao concurso

III.1.1) Cauções e garantias exigidas

Ao adjudicatário será exigida uma prestação de uma caução no valor de 5% do valor total da adjudicação, e será prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado ou mediante garantia bancária ou por seguro-caução, nos termos do processo de concurso.

III.1.2) Principais modalidades de financiamento e pagamento e/ou referência às disposições que as regulam

Financiamento através de verbas comunitárias e regionais; de acordo com os artigos 21.º, 201.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, os trabalhos executados serão medidos mensalmente e os pagamentos serão efectuados com base nas quantidades apuradas, às quais se aplicam os correspondentes preços unitários.

III.1.3) Forma jurídica que deve revestir o agrupamento de empreiteiros, de fornecedores ou de prestadores de serviços

Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de empresas, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que todas as empresas do agrupamento satisfaçam as disposições legais relativas ao exercício da actividade de Empreiteiro de Obras Públicas. A constituição jurídica dos agrupamentos não é exigida na apresentação da proposta, mas as empresas agrupadas serão responsáveis perante o dono da obra pela manutenção da sua proposta com as consequências legais. No caso da adjudicação do fornecimento e montagem ser feita a um agrupamento de empresas, estas associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, indicando quem é o líder do consórcio.

III.2) Condições de participação

III.2.1) Informações relativas à situação do empreiteiro/do fornecedor/do prestador de serviços e formalidades necessárias para avaliar a capacidade económica, financeira e técnica mínima exigida

Concorrentes que comprovem a sua idoneidade, capacidade financeira, económica e técnica, nos termos dos artigos 67.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, nomeadamente:

- a) Concorrentes não titulares de alvarás de empreiteiro de obras públicas ou que não apresentem certificado de inscrição em lista oficial de empreiteiros aprovados, devem apresentar os documentos indicados no artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, e respeitar índices mínimos de liquidez geral, de autonomia financeira e de grau de cobertura de imobilizado;
- b) Concorrentes não titulares de alvarás de empreiteiro de obras públicas que apresentem certificado de inscrição em lista oficial de empreiteiros aprovados de Estado pertencente ao espaço económico europeu, devem apresentar os documentos indicados no artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, e respeitar índices mínimos de liquidez geral, de autonomia financeira e de grau de cobertura de imobilizado;
- c) Concorrentes titulares de alvarás de empreiteiro de obras públicas, devem apresentar os documentos indicados no artigo 69.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março e ser possuidores das seguintes habilitações:
 - c.1) da 6.ª (Saneamento Básico) subcategoria da 2.ª categoria (Vias de comunicação, obras de urbanização e outras infra-estruturas) e da classe correspondente ao valor da proposta;
 - c.2) da 2.ª (Movimentação de terras) subcategoria da 5.ª categoria (Outros trabalhos) e da classe correspondente ao valor dos trabalhos especializados que lhe digam respeito.

III.2.1.1) Situação jurídica – documentos comprovativos exigidos

- a) No caso de agrupamento de empresas, deverá ser apresentado o acordo-promessa celebrado entre as empresas interessadas, relativo às formas de associação reguladas pelo quadro legal vigente;
- b) Declaração na qual os Concorrentes indiquem o seu nome, morada, estado civil, número fiscal de contribuinte, número de bilhete de identidade ou, no caso de pessoa colectiva, a denominação social, número de pessoa colectiva, sede, filiais que interessem à execução do contrato, objecto social, nome dos titulares dos corpos sociais e de outras pessoas com poderes para a obrigarem, Conservatória do Registo Comercial onde se encontra matriculada e o seu número de matrícula nessa conservatória.

III.2.1.2) Capacidade económica e financeira – documentos comprovativos exigidos

- a) Documento emitido pelo Banco de Portugal, no mês em que o concurso tenha sido aberto ou no mês anterior ou posterior, que mencione as responsabilidades da empresa no sistema financeiro e, se for o caso, documento equivalente emitido pelo Banco Central do Estado de que a empresa seja nacional ou na qual se situe o seu estabelecimento principal;
- b) Cópia autenticada da última declaração periódica de rendimentos para efeitos de IRS ou IRC, na qual se contenha o carimbo “recibo” e, se for o caso, documento equivalente apresentado, para efeitos fiscais, no Estado de que a empresa seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal; se se tratar de início de actividade, a empresa deve apresentar cópia autenticada da respectiva declaração;
- c) Cópias das declarações anuais para efeitos de IRS, acompanhadas do respectivo anexo I, ou IRC, acompanhada do respectivo anexo A, relativas ao último exercício e aos anos de 2000, 2001 e 2002 (Portaria nº 1547/2002, de 24 de Dezembro), e se for o caso, documentos equivalentes apresentados, para efeitos fiscais, no Estado de que a empresa seja nacional ou na qual se situe

o seu estabelecimento principal.

III.2.1.3) Capacidade técnica - documentos comprovativos exigidos:

- a) Certificados de habilitações literárias e profissionais dos quadros da empresa e dos responsáveis pela obra, designadamente do director técnico da empreitada e do representante permanente do empreiteiro na obra;
- b) Lista das obras executadas da mesma natureza da obra posta a concurso, acompanhada de certificados de boa execução relativos às obras mais importantes; os certificados devem referir o montante, data, local de execução das obras e se as mesmas forma executadas de acordo com as regras da arte e regularmente concluídas;
- c) Declaração, assinada pelo representante legal da empresa, que mencione o equipamento principal a utilizar na obra, e se for o caso, o equipamento de características especiais, indicando, num e noutro caso, se se trata de equipamento próprio, alugado ou sob qualquer forma;
- d) Declaração, assinada pelo representante da empresa, que mencione os técnicos e os serviços técnicos e encarregados, estejam ou não integrados na empresa a afectar à obra, para além dos indicados na alínea a) deste ponto.

III.3) Condições relativas aos contratos de serviços

III.3.1) A prestação do serviço está reservada a uma determinada profissão?

NÃO x SIM

III.3.2) As entidades jurídicas devem declarar os nomes e qualificações profissionais do pessoal responsável pela execução do contrato?

NÃO x SIM

SECÇÃO IV: PROCECEDIMENTOS:

IV.1) TIPOS DE PROCEDIMENTOS

Concurso público Concurso limitado urgente
Concurso limitado Processo por negociação urgente
Processo por negociação

IV.2) critérios de adjudicação

A) Preço mais baixo

Ou:

B) Proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta

B1) os critérios a seguir indicados (*se possível, por ordem decrescente de importância*)

1- Condições mais vantajosas de preço (80%), avaliadas por:

1.1-Preço total: 65%;

1.2-Credibilidade e coerência de preços: 10%;

1.3-Preços horários para mão de obra e equipamento: 5%;

2- Qualidade técnica da proposta (20%), avaliadas por:

2.1-Programação da proposta e sua adequabilidade às condições locais: 10%;

2.2-Dimensionamento dos meios mecânicos e humanos ao tipo e importância da obra: 10%.

Por ordem decrescente de importância NÃO SIM

Ou

B2)Factores indicados no caderno de encargos.

IV.3) Informações de carácter administrativo

IV.3.1) Número de referência atribuído ao processo pela entidade adjudicante:

Processo nº 01PEAC.

IV.3.2) Condições para a obtenção de documentos contratuais e adicionais

Data limite de obtenção / / (dd/mm/aaaa) 30 dias após a publicação no Diário da República.

Custo: 300 Moeda: euro + IVA.

Condições e forma de pagamento: dinheiro ou cheque visado emitido a favor do Tesoureiro do Município de Calheta, no local indicado em 1.1.

IV.3.3) Prazo para recepção de propostas ou pedidos de participação

30 dias a contar do envio para publicação do anúncio

Hora 15h00 (quinze) horas.

IV.3.4) Envio dos convites para apresentação de propostas aos candidatos seleccionados

Não aplicável.

IV.3.5) Língua ou línguas que podem ser utilizadas nas propostas ou nos pedidos de participação

E	D	D	E	E	F	IT	N	P	FI	S	Outra – país
S	A	E	L	N	R		L	T		V	terceiro
☐	☒	☐	☐	<input type="text"/>							

IV.3.6) Prazo durante o qual o proponente deve manter a sua proposta

Até meses e/ou 60 dias a contar da data fixada para a recepção das propostas.

IV.3.7) Condições de abertura das propostas

IV.3.7.1) Pessoas autorizadas a assistir à abertura das propostas:

Pessoas que, para o efeito, estiverem devidamente credenciadas pelos Concorrentes nos termos do n.º 12.4 do art.º 12.º do Programa de Concurso.

IV.3.7.2) Data, hora e local

Data (dd/mm/aaaa)

Hora 15 horas

Local : Salão Nobre dos Paços do Concelho do Município de Calheta, 31 dias a contar da publicação do anúncio no Diário da República.

SECÇÃO VI: INFORMAÇÕES ADICIONAIS

VI.1) Trata-se de um anúncio não obrigatório?

NÃO x SIM

VI.2) Indicar, se for caso disso, se se trata de um concurso periódico e o calendário previsto de publicação de próximos anúncios

Não aplicável.

VI.3) O presente contrato enquadra-se num projecto/programa financiado pelos fundos comunitários?

NÃO SIM

PRODESA-FEDER

VI.4) Outras informações

O prazo de entrega das propostas termina no 30.º (trigésimo) dia a contar da data da publicação do Anúncio no *Diário da República*.

A abertura das propostas realizar-se-à no 31.º (trigésimo primeiro) dia a contar da data da publicação do Anúncio no *Diário da República*.

Os 300 dias do prazo de execução são contados a partir da data da assinatura do auto de consignação.

VI.5) Data de envio do presente anúncio 14/02/2005 (dd/mm/aaaa)

10 de Fevereiro de 2005. – O Presidente, *Duarte Manuel Bettencourt da Silveira*.